

AO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA – INFRAERO, DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO SUL, PORTO ALEGRE/RS.

CONCORRÊNCIA Nº 008/ADSU-4/SBLO/2011

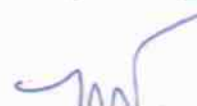
OBJETO: CONCESSÃO DE USO DE ÁREA DESTINADA PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DE ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS, LOCALIZADA NO AEROPORTO DE LONDRINA – GOVERNADOR JOSÉ RICHÁ, EM LONDRINA/PR.

Recorrente: F. M. NORA & CIA. LTDA

Recorrida: INCORPORADORA E CONSTRUTORA JOÃO DE BARRO LTDA.,

INCORPORADORA E CONSTRUTORA JOÃO DE BARRO

LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 07.236.948/0001-90, inscrição estadual nº 13.304.888.8, na pessoa de seu representante legal, com endereço na Avenida Isaac Povoas nº 1331, Edifício Milão, Térreo, Sala 05, Bairro Goiabeiras, Cuiabá – MT, neste ato representado por seu sócio, devidamente qualificado no Contrato Social da Empresa juntado no presente autos do processo licitatório, vem perante Vossa Excelência, em conformidade com o item 9.9.2.1, do Edital **Nº 008/ADSU-4/SBLO/2011**, apresentar as **CONTRA-RAZÕES RECURSAIS IMPUGNANDO O RECURSO** interposto pela empresa **F. M. NORA & CIA. LTDA.**, vejamos:



Trata-se do Recurso Administrativo impetrado pela RECORRENTE, F. M. NORA & CIA. LTDA, contra a decisão do Ilustre Senhor Presidente da Comissão de Licitação, onde declarou a RECORRIDA como HABILITADA no processo licitatório. Em suas razões recursais, a Recorrente, alega a falta de Capacidade técnica da Recorrida, uma vez que a comprovação técnica da Recorrida se deu pela apresentação de uma declaração unilateral e não de atestado, requerendo ao final a sua Inabilitação no certame. Isto posto, é a síntese das razões recursais, as quais serão contra-razoadas e impugnadas a seguir:

Passa-se, então, aos fundamentos das Contra – Razões Recursais.

1. Das Contra- Razoes

1.a - Dos Fatos:

Em seu longo recurso, a Recorrente tenta driblar a falta de Capacidade Técnica da Recorrida, a qual conseguiu ser Habilitada no presente certame, prosseguindo para a próxima fase.

Alega inicialmente que a Recorrida não tem capacidade técnica, uma vez que apresentou uma DECLARAÇÃO UNILATERAL ao invés do ATESTADO DE CAPACIDADE TECNICA, pois bem impugnamos tal assertiva, uma vez que no EDITAL do presente certame no item 5.5.c.b.1, requer uma DECLARAÇÃO, com a seguinte descrição:

b.1) De Declaração(ões), devidamente assinada(s) pelo representante legal, de que está estabelecida no exercício da

atividade específica, pertinente com o objeto da presente licitação, com data anterior à publicação deste Edital.

b.1.1) Na declaração deve constar o(s) endereço(s) completo(s) e data(s) de início da operação do(s) local(is) onde está(ão) estabelecida(s), informando o endereço, a metragem, n° de vagas, sistema de operação (informatizado e/ou automatizado) e horário de funcionamento.

Alem de apresentação do referida **Declaração**, a Recorrida ainda apresentou o **Contrato com terceiro, e a Nota Fiscal de Serviços Prestados**, comprovando a sua atividade pertinente ao Objeto do presente processo licitatório, na forma do item 5.5.c.a.1. , assim sendo, a Recorrida apresentou **toda a Documentação exigida pelo Edital.**

O Edital **não houve limitações quanto a quantidade de vagas**, seguindo a regra prevista no **artigo 30 § 5º da Lei nº 8.666/93**, vejamos:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

*§ 5º. **É vedada** a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com **limitações** de tempo ou de época ou ainda em locais específicos, **ou quaisquer outras não previstas nesta Lei, que inibam a participação na licitação.***

Dessa forma, sabiamente a Comissão de Licitações, seguiu a legislação vigente justamente **para não impedir a participação de Novas Empresas atentando pelo principio da igualdade**, onde é o dever da administração publica em dar a


oportunidade a quaisquer interessados em disputar no certame, conforme o artigo 37, inciso XXI da nossa Carta Magna de 1988:

Art. 37 - A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

...XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Rebate a Recorrente, que os Serviços de Estacionamento apresentado pela Recorrida são irrisórias 08 vagas. Essas "irrisórias 08 Vagas" estão localizada na Região Central da Capital do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, onde uma vaga de estacionamento é disputadíssima.

O Estacionamento João de Barro está localizado entre as duas principais avenidas da Capital mato-grossense, Avenida Isaac Povoas e Avenida Getulio Vargas, com um grande fluxo diário de veículos, veja no mapa em anexo.



Apenas a título de elucidação quanto a Capacidade Técnica da Empresa Recorrida, informamos ao Ilustre Presidente, que a Empresa Recorrida foi vencedora na Concessão de Uso e Exploração do Estacionamento do Aeroporto Internacional Marechal Rondon, de Cuiabá/ Várzea Grande, no Estado De Mato Grosso, no dia 01.08.2011, assinando o contrato no dia 11.07.2011. O Estacionamento do referido Aeroporto tem a capacidade atual para 298 Vagas, com o Sistema todo Automatizado próprio da empresa Recorrida.

Ambos os Estacionamentos da João de Barro, possuem sistema automatizados, os funcionários capacitados e que orientam o usuário.

Ainda, poderá a qualquer tempo, ser efetuada a diligencia pela Comissão Licitante, a fim de averiguar a capacidade técnica da empresa, com visita *in locu*, tanto nos Estacionamentos, como na Sede da Empresa Recorrida, conforme o item 5.5.c.c.1,

c.1) Os dados acima estão sujeitos à comprovação através de diligência, a critério exclusivo da INFRAERO.

Restando pois comprovada a Capacidade Técnica da Empresa Recorrida com os documentos já juntados no invólucro I, bem como, reforçando com os documentos juntados nesta impugnação, dessa forma, as razões recursais da não merecem provimento.

3. DOS PEDIDOS:

Por todo o exposto requer-se:

a) A juntada dos documentos em anexo:



- b) Por todo o exposto requer-se, o **IMPROVIMENTO DO RECURSO** interposto pela empresa F. M. NORA & CIA. LTDA., conseqüentemente com a manutenção da decisão da prolatada na sessão do dia 22/08/2011, e posteriormente comunicada o seu julgamento pela CF nº 5764/SRSU(ADSU-4)/2011, **mantendo HABILITAÇÃO DA EMPRESA INCORPORADORA E CONSTRUTORA JOÃO DE BARRO LTDA.**

Nestes termos,
Pede e aguarda o deferimento.

Várzea Grande – MT, 08 de setembro de 2011.

Mário Almeida

INCORPORADORA E CONSTRUTORA JOÃO
DE BARRO LTDA.

Rol de Documentos:

1. Mapa do Google, localização do Estacionamento;
2. Contrato de Concessão de Uso e Exploração do Estacionamento Aeroporto Internacional Marechal Rondon, de Cuiabá/ Várzea Grande;